

# Fratura exposta nas contas externas

Economia - Brasil

Aumento de 0,5 ponto na taxa de juros não resolve o déficit em conta corrente



**Klaus Kleber**

O comprimido pode ter sido pequeno, mas parece ser daqueles que, administrados na hora errada, tem um efeito brutal. A decisão do Banco Central (BC) de elevar a taxa de juros em 0,5 ponto percentual, para 15,75%, deu uma violenta esfriada na economia, embora os termômetros não indicassem febre tão alta. O presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, insiste em dizer que a medida é preventiva, de modo a conter a inflação, e que o Copom assim agiu para permitir maiores reduções da taxa mais adiante. Ele diz também que não há sinal de perigo e que os fundamentos da economia continuam bons.

Poucos, porém, são aqueles que o seguem nessa trilha. A expectativa do mercado é, francamente, de alta dos juros. Na melhor das hipóteses, a Selic ficaria estacionada por tempo indefinido, como em 2000, quando o Copom manteve a taxa em 16,5% por quase seis meses.

Os prognósticos quanto à inflação não mudaram, pelo menos por enquanto. Os cálculos correntes são de que a inflação pode ficar entre 4,5% e 5% neste ano, o que não seria nada dramático. Como observou o economista Luiz Rabi, a meta de inflação para 2001 é de 4%, com um intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais, tanto para cima como para baixo. Se atingisse 6%, mesmo assim a meta terá sido tecnicamente atingida. E, afinal, pergunta, o inter-

valo de tolerância não é para ser usado justamente quando surgem problemas impossíveis de prever?

O que preocupa, na verdade, são as contas externas, que estão muito ruins, em um cenário internacional conturbado. A balança comercial de janeiro até a terceira semana de março acusa um déficit de US\$ 689 milhões, que pode chegar a US\$ 800 milhões no fim do mês. O desastre da plataforma P-36 da Petrobras deve aumentar as compras de petróleo em US\$ 500 milhões, e o desafio passa a ser o de não permitir que o déficit comercial neste ano fique acima de US\$ 2 bilhões.

Não é um cálculo absurdo: além das dificuldades para vender para o desaquecido mercado americano, os exportadores brasileiros de manufaturados terão de se virar diante da "lei de competitividade" do ministro Domingo Cavallo. E, para completar, o euro, que vinha se valorizando em relação ao dólar, melhorando as chances de exportar para a União Européia (UE), vem derrapando feio e está agora em US\$ 0,89.

O quadro do balanço em contas correntes no primeiro bimestre de 2001 é favorável: o déficit no item juros, que foi de US\$ 1,46 bilhão em janeiro/fevereiro de 2000, atingiu US\$ 2,03 bilhões neste ano, ou seja, teve um aumento de 38,9%. Muito pior foi o que ocorreu com as remessas de lucros e dividendos: o saldo negativo nessa rubrica pulou

939,7%, indo de US\$ 68 milhões para US\$ 707 milhões, sempre comparando o primeiro bimestre de 2001 com o ano anterior.

As remessas de lucros foram baixas em 2000 porque os resultados das empresas foram maus no ano anterior. O contrário ocorre em 2001, com balanços exuberantes no ano passado. Este é o preço que o Brasil vem pagando pela entrada excepcional de investimentos estrangeiros diretos desde 1996. E, por falar nisso, esses capitais vêm minando, tendo ficado em US\$ 1,019 bilhão em fevereiro. Como admite o próprio governo, o seu volume total será insuficiente para cobrir o déficit em transações correntes em 2001, diferentemente do que vinha acontecendo nos últimos anos.

## Digam o que disserem do rocambolesco Plano Cavallo, ele, pelo menos, prevê desoneração fiscal das exportações

O déficit em conta corrente, por sinal, aumentou 85,7% no primeiro bimestre deste ano, e em comparação com 2000, alcançando US\$ 3,963 bilhões. A previsão mais pessimista de que esse déficit chegasse, no fim de dezembro, a US\$ 28 bilhões (US\$ 24,5 bilhões em 2000) não parece tão pessimista assim; US\$ 30 bilhões é uma cifra bem mais realista. Inversamente, a estimativa de que a entrada de investimentos diretos atingiria US\$ 21 bilhões em 2001 parece agora otimista.

A situação é complicada e não se resolve com uma elevação de 0,5 ponto percentual na taxa Selic. O impacto psicológico foi muito mais profundo do que se poderia pensar. Pode bem ser que, apesar dos "bons

fundamentos econômicos", o Produto Interno Bruto (PIB) não cresça mais que 3%/3,5%, em 2001.

É a especulação que vem puxando o câmbio, mas ela não é despropositada. A alta cotação do dólar não faz milagre, mas estimula as exportações e pode segurar um pouco as importações, em um ambiente de crescimento moderado. O mercado externo não é dos mais favoráveis, mas o governo pode ajudar as vendas externas se se dispuser, afinal, a fazer um sacrifício fiscal.

Digam o que disserem do rocambolesco Plano Cavallo, ele, pelo menos, prevê desoneração fiscal para as exportações argentinas, e poderíamos fazer o mesmo, passando por cima das encarniçadas trincheiras da Receita Federal.

Não seria também má idéia, em um momento como este, criar incentivos para reinvestimento de capital externo, de modo a conter as remessas de lucros. E, já que temos a CC-5, por onde o dinheiro pode sair à vontade (uma exigência "sine qua non" de um certo tipo de investidores), porque não criar um esquema para trazer de volta um montão de dólares que está em paraísos fiscais?

O governo poderia fazer isso, mas predomina a convicção de que a equipe econômica vai preferir mesmo é trazer mais recursos utilizando o velho chamariz do cupom cambial (variação cambial mais a taxa de juros interna). Em outras palavras, pode vir dinheiro grosso, mas sempre a curto ou curíssimo prazo. Não conseguimos ainda exorcizar esse espectro, apesar das pias intenções do presidente do Banco Central. ■

E-mail: [kkleber@gazetamercantil.com.br](mailto:kkleber@gazetamercantil.com.br)

26 MAR 2001

GAZETA MERCANTIL